

**ANÁLISE DE INDICADORES PATRIMONIAIS, FINANCEIROS E
ORÇAMENTÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO
PARANAÍBA - PERÍODO DE 2011 A 2013**

**ANALYSIS OF EQUITY INDICATORS, ECONOMIC AND BUDGET OF THE
CITY MUNICIPAL CARMO PARANAÍBA - PERIOD FROM 2011 TO 2013**

Monalisa da Silva Carneiro¹

Geovane Camilo dos Santos²

RESUMO: Este trabalho objetivou em realizar uma análise dos indicadores econômicos e financeiros da Prefeitura de Carmo do Paranaíba, no período de 2011 a 2013. Os indicadores aplicados foram extraídos dos estudos de Kohama (2006), sendo estudados 8 indicadores: Quociente da Situação Financeira (QSF), Quociente de Situação Permanente (QSP), Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária (QFEO), Quociente de Execução Orçamentária Corrente (QEOC), Quociente da Execução Orçamentária de Capital (QEOCA), Quociente do resultado dos saldos Financeiro (QRSF), Quociente de Execução da Receita (QER) e Quociente de Execução da Despesa (QED). A metodologia compreendeu uma pesquisa bibliográfica e documental, para os procedimentos. Os indicadores do Balanço Patrimonial demonstraram que os bens e direitos da prefeitura são maiores que obrigações. O Balanço Financeiro demonstrou que o QFEO teve resultados superiores ou igual a 1, ou seja, as receitas orçamentárias foram maiores que as despesas orçamentárias; no QEOC as receitas correntes superaram as despesas correntes, entretanto as receitas de capital foram inferiores e o QRSF demonstrou que em todos os períodos os saldos dos exercícios atuais superaram os saldos anteriores, ou seja, a prefeitura foi eficiente possuindo sobras de valores. E no Balanço Orçamentário constatou que a receita arrecadada foi inferior as receitas previstas, conforme a QER; a QED demonstrou que a despesa executada foi inferior a despesa prevista, ou seja, ocorreu a economia orçamentária.

PALAVRAS-CHAVE: Indicadores; Balanços Públicos; Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba.

1-Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM. Rua Miguel Americano Bicalho, 341 – Cristo Redentor, Patos de Minas. E-mail: monalisa_carneiro@hotmail.com. Fone: (34) 9999-7872.

2-Especialista em Planejamento e Gestão Tributária, pelo Centro Universitário de Patos de Minas. Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Patos de Minas. Rua Salvador, 108, B. São Francisco, Patos de Minas. E-mail: geovane_camilo@yahoo.com.br. Fone: (34) 9214-4688.

ABSTRACT: This study aimed to perform an analysis of economic and financial indicators of the Municipality of Carmo do Paranaíba, in the period from 2011 to 2013. The applied indicators were extracted from the studies of Kohama (2006), 8 indicators being studied: Quotient of Financial Condition (QSF), Permanent Location Quotient (PSQ), Real Financial Budget Execution Quotient (QFEO), Current Budget Execution Quotient (QEOC), Budget Execution Quotient Capital (QEOCA), the result of the Financial Quotient balances (QRSF), Quotient Enforcement Revenue (QER) and expenditure Implementation Quotient (QED). The methodology included a literature and documentary research, for procedures. The indicators showed that the balance sheet the assets and rights of the municipality are higher than bonds. The balance sheet showed that QFEO had greater than or equal to 1 results, ie, budget revenues were higher than budget expenditures in QEOC current revenue exceeded current expenditure, however capital revenues were lower and showed the QRSF that in all periods the balances of current exercises surpassed previous balances, ie, the city was efficient having leftover values. And in the Balance Budget found that the revenue collected was lower expected revenues, according to QER; the QED demonstrated that the expenditure was executed less than planned spending, ie, it occurred to budgetary savings.

KEYWORDS: Indicators; Public balance sheets; Municipality of Carmo do Paranaíba.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade tem como objetivo fornecer informação aos seus usuários para a tomada de decisão. A Contabilidade Pública mostrar-se na apresentação do patrimônio e as causas de suas mutações. Estas informações são retiradas das peças contábeis como: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais.

Os demonstrativos públicos possuem características próprias e são elaborados diariamente, com a escrituração dos fatos da entidade pública. Por meio da análise dos indicadores destas peças contábeis pode-se verificar a situação que a entidade encontra.

Os indicadores são de suma importância, pois deles se extraem a situação da entidade pública na esfera patrimonial, financeira e orçamentária sem a necessidade da apresentação de valores monetários, facilitando a compreensão dos usuários da informação, mesmo que não detenham o conhecimento na área de Contabilidade Pública.

Segundo Matarazzo (2010 p. 5) “os relatórios de análises devem ser elaborados como se fossem dirigidos a leigos, ainda que não o sejam, isto é, sua linguagem deve ser inteligível por qualquer mediano dirigente de empresa, gerente de banco ou gerente de crédito”.

Nas entidades públicas os indicadores contábeis, traduzem dados complexos e extensos de forma simples e prática. Logo, os gestores públicos, servidores e população podem utilizar essas informações.

Fazendo a análise das demonstrações, pode-se verificar a situação econômica e financeira em que se encontra a entidade e auxiliar os gestores em qual decisão a ser tomada em determinada situação.

O problema que moveu o presente trabalho foi: Qual é a situação financeira, patrimonial e orçamentário do município do Carmo Paranaíba, no lapso temporal 2011 a 2013, usando indicadores?

O objetivo deste trabalho foi analisar as demonstrações contábeis do Município de Carmo do Paranaíba - MG utilizando os dados dos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, no período de 2011 a 2013, expondo os resultados mediante indicadores.

As justificativas que tangeram esse trabalho foram: apresentar a situação financeira, patrimonial e orçamentária do município, mediante os indicadores, pois em muitos casos os gestores públicos responsáveis pelas decisões da entidade não possuem conhecimentos aprofundados de Contabilidade para analisar os demonstrativos e desenvolver conhecimento na área pública, com ênfase nos demonstrativos financeiros, patrimoniais e orçamentários.

As literaturas brasileiras nessa área são escassas (SANTOS; ANDRADE, 2013). No entanto o tema é motivador por gerar informações voltadas para os gestores das entidades públicas e se elas são bem utilizadas podem proporcionar vários ganhos ao município, refletindo positivamente na população, ocasionando satisfação aos munícipes.

A escolha do município de Carmo do Paranaíba foi devido a dois fatores: o município está em crescimento e ser cotado para abertura de novas empresas e indústrias.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A Contabilidade é uma ciência que tem suas primeiras manifestações antes mesmo de Cristo, existem relatos que a Contabilidade surgiu com os primitivos que já a utilizavam para contagem de seus rebanhos, os quais eram feitos com pedrinha e desenhos nas suas cavernas. (IUDÍCIBUS, 1994; SÁ, 2002; HENDRIKSEN; BREDÁ, 1999).

Para Ribeiro (2002) a Contabilidade é uma ciência social e tem por objeto o patrimônio das entidades econômico-administrativas, com o objetivo de controlar o patrimônio das entidades em decorrência de suas variações.

Logo, a função da Contabilidade é fornecer informações relevantes sobre o patrimônio (composição e variações) de uma determinada entidade. Essas informações são de sumo interesse, pois por meio delas se tem conhecimento realista da situação econômica e financeira da entidade. Com as informações contábeis os administradores e gestores têm base para tomar decisões acertadas, fazendo com que as empresas e entidades evoluam e cresçam.

A Contabilidade possui várias ramificações e entre essas uma carece de destaque, a Contabilidade Pública, que é responsável pelo registro e aplicação das normas de Contabilidade do setor público e ainda pelas movimentações contábeis dos entes públicos. (ROSA, 2011).

Segundo Kohama (2008) a Contabilidade Pública apresenta a situação orçamentária, financeira e patrimonial das entidades de direito público interno, sendo constituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com as suas autarquias. Essas informações são apresentadas mediante as contas escrituradas nos sistemas: Orçamentários, Financeiros, Patrimoniais e Compensação.

A Contabilidade Pública, atualmente, passa por inúmeras mudanças, visando atender seus usuários e ser mais transparente a todos e uma dessas é adoção das *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS), traduzidas em Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS). A data de adoção obrigatória foi adiada novamente, sendo o prazo atual previsto o exercício de 2014, conforme portaria da Secretaria do Tesouro Nacional.

Segundo Torres (2013) o benefício das IPSAS é a permissão de se conhecer melhor a situação patrimonial do setor público, com os ativos e passivos, sendo reconhecidos a valor justo.

A norma internacional prevê que no ativo sejam contabilizados pelo valor justo não só bens móveis e imóveis, mas também os bens de uso público, como praças e estradas. No passivo, uma das principais mudanças será o reconhecimento das obrigações futuras com aposentadorias a valor presente como dívida.

Em tese, os estados e municípios que não se adaptarem a tempo terão restrições para tomar empréstimos e perderão também o direito de receber repasses voluntários da União, via convênios.

Ainda que essa contabilização de bens pelo valor justo venha a erguer o ativo, Gergull (2010) destaca que, é preciso realizar a redução valor recuperável do montante da dívida ativa, que ainda aparece com valor integral no balanço, ou seja, é como se existisse a perspectiva de que todos os impostos e multas atrasados um dia serão efetivamente pagos.

Um dos Estados que está mais avançado no processo de incorporação das IPSAS é Minas Gerais. De acordo com a diretora da Superintendência Central de Contadoria Geral daquele Estado, Maria da Conceição Barros de Rezende, Minas Gerais já conseguiu catalogar e registrar pelo valor justo no balanço todos seus bens móveis e imóveis, assim como o passivo atuarial, embora faltem, do lado do ativo, os bens de uso público. “Mas não foi de um ano para cá que fizemos isso. Não acho que o país todo conseguirá fazer isso em um ano e meio” (REZENDE, 2012, p. 2), afirmou, complementando sua opinião ao dizer que “se todos os entes federativos tiverem no ano que vem a mesma estrutura contábil, o que significa informalidade em termos de forma de registro e apresentação dos balanços, já será um grande “salto de qualidade”.

O processo brasileiro de Convergência das Normas Brasileiras aos requisitos das Normas Internacionais, começou em novembro de 2008, com a publicação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP). Essas normas são editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e atualmente estão em vigor 11 normas: NBC T 16.1 - Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação; NBC T 16.2 - Patrimônio e Sistemas Contábeis; NBC T 16.3 - Planejamento e seus Instrumentos sob Enfoque contábil; NBC T 16.4 - Transações no Setor Público; NBC T 16.5 - Registro Contábil; NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis; NBC T 16.7 - Consolidação das Demonstrações Contábeis; NBC T 16.8 - Controle Interno; NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão; NBC T 16.10- Avaliação e Mensuração em Ativos e Passivos Entidades do Setor Público e NBC T 16.11- Sistema de Informação de Custos do Setor Público.

Entre os procedimentos previstos pela Resolução CFC nº 1.437/2013, está à prestação de informações referentes à composição e movimentação patrimonial da

entidade, a correção de registro realizado com erro na escrituração contábil e a exigência de elaboração da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

Também foram redefinidos os conceitos: ativo, passivo, circulante, não circulante, patrimônio líquido, custo padrão (*standard*), custo variável, influência significativa, valor recuperável (*impairment*) e valor justo.

Como dito anteriormente, a data de adoção destas mudanças já foram adiadas inúmeras vezes, o último prazo definido foi previsto para o exercício de 2014.

As demonstrações contábeis são compostas por quatro balanços públicos (Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Econômico) (BRASIL, 1964) e pelo Fluxo de Caixa e Resultados Econômico (CFC, 2008).

Os Balanços são publicados anualmente e apresentam informações importantes para as tomadas de decisões e esclarecimento a população.

É por meio das demonstrações financeiras que se retira as informações para tomada de decisão dos gestores e apresenta com transparência as decorrências públicas.

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias detalhadas em níveis relevantes de análise, confronta o orçamento inicial e as suas alterações com a execução e demonstra o resultado orçamentário. E estruturado para evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária (BRASIL, 1964; CFC, 2008).

Andrade (2012) complementa que a análise dos números do Balanço Orçamentário, dos valores originados da previsão e dos valores realizados assim como as diferenças que ocorrem, há possibilidade de ter uma visão real das informações originadas com esta ferramenta de gerenciamento.

O Balanço Financeiro demonstra “a receita e a despesa orçamentária bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraordinária, conjugados com saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte”. (BRASIL, 1964).

Em conformidade a Kohama (2006) o Balanço Financeiro demonstra os movimentos dos exercícios, ou seja, a somatória das operações realizadas por contas durante o exercício e não somente os saldos das contas.

O Balanço Patrimonial apresenta a classificação dos elementos patrimoniais, considera a segregação em circulante e não circulante, com base em seus atributos de conversibilidade, exigibilidade e interesse social. (CFC, 2008).

De acordo com Kohama (2008) essa demonstração é o quadro de Contabilidade com duas seções – Ativo e Passivo, com a contribuição dos elementos do patrimônio público, em que se iguala as duas somas com a conta Patrimônio Líquido (Ativo Real Líquido), quando existe *superávit* ou Passivo Real descoberto, quando ocorre déficit patrimonial.

Essa demonstração é estática, pois apresenta a posição patrimonial em determinado momento, funcionando como uma fotografia do patrimônio da entidade para aquele momento. (STN, 2011; SANTOS; ANDRADE, 2013).

O objetivo da análise das demonstrações do setor público é fornecer indicadores, para tomada de decisões dos gestores e melhor entendimento da população e seus usuários.

São adotadas técnicas de análise das demonstrações contábeis, com finalidade de apresentar aos gestores públicos e a sociedade em geral, os resultados alcançados em um determinado período.

Os indicadores são divididos em financeiros, patrimoniais e orçamentários.

Indicadores Financeiros e Econômicos: propiciam ao gestor público informações adicionais de grande importância, possibilitando-o gerenciar com significativa margem de segurança as execuções orçamentárias, financeiras e patrimoniais.

Para Kohama (2006) a análise é uma investigação dos fatos, baseados nos dados dos balanços públicos.

Por outro lado, Andrade (2006), afirma que a análise das demonstrações contábeis é considerada um item de gerência que os administradores públicos utilizam para verificar aumentos, diminuições e anormalidades nas variações quantitativas e qualitativas dos diversos dados presentes nos demonstrativos da Contabilidade Pública ano a ano.

Os indicadores facilitam a interpretação e melhor entendimento dos usuários. (SANTOS; ANDRADE, 2013).

Para analisar o desempenho da Prefeitura de Carmo do Paranaíba foram utilizados alguns índices definidos por Kohama (2006), sendo eles: Quociente de Execução da Receita; Quociente de Equilíbrio Orçamentário; Quociente de Execução da Despesa para o Balanço Orçamentário. Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária; Quociente da Execução Orçamentária Corrente; Quociente da Execução Orçamentária de Capital, para o Balanço Financeiro. E Quociente da Situação Financeira e Quociente da Situação Permanente para o Balanço Patrimonial.

Quociente de Execução da Receita: esse indicador mede a eficiência da previsão de arrecadação dos entes públicos.

Ele é caracterizado pela diferença entre a receita executada e a receita prevista, e apresenta três possibilidades de resultados: igual a 1, em que os gestores conseguiram realizar a previsão de acordo com o que a prefeitura conseguiu angariar de recursos.

Os outros dois resultados possíveis demonstram a falta de capacidade dos gestores de realizar a previsão em conformidade com a arrecadação. Quando for maior que 1 representa excesso de arrecadação e isso é o excesso de arrecadação. E menor que 1 ocorre falta de arrecadação em relação a previsão.

A fórmula desse indicador é:

$$\text{QER} = \frac{\text{Receita Executada}}{\text{Receita Prevista}} \quad (1)$$

Quociente de Equilíbrio Orçamentário: esse índice demonstra a relação entre despesa fixada e receita prevista.

Os resultados possíveis são três: o primeiro é igual a 1, com a igualdade entre a previsão das despesas a serem gastas com as receitas previstas; o segundo é maior que 1, ou seja, as despesas previstas foram maiores que as receitas previstas, isso ocorre, devido aos restos do ano anterior e pode ser menor que 1, ou seja, as despesas previstas foram inferiores as receitas fixadas, mas isso não é comum, pois estará economizando recursos, na previsão.

A fórmula desse indicador é:

$$\text{QEO} = \frac{\text{Despesas Fixada}}{\text{Receita Fixada}} \quad (2)$$

Quociente de Execução da Despesa: esse indicador possui a finalidade de verificar a relação entre as despesas fixadas e receitas previstas, verificando se existe economia orçamentária.

Os resultados possíveis são três: o primeiro é igual a 1, refere-se a igualdade das despesas executadas com as despesas fixadas, ou seja, os gestores públicos demonstraram eficiência ao organizar o orçamento público. O segundo é maior que 1, em que as despesas executadas superaram as despesas fixadas, entretanto esse resultado jamais poderá ocorrer, pois é sinal que gastou recursos sem a previsão legal. (KOHAMA, 2006; SANTOS; ANDRADE, 2013). E o resultado menor que 1 “demonstrará a existência de um “déficit” orçamentário de execução, e tenderá a ser de normal realização.” (KOHAMA, 2006, p. 147)

A fórmula desse indicador é:

$$QED = \frac{\text{Despesa Executada}}{\text{Despesa Fixada}} \quad (3)$$

Após a apresentação dos indicadores do Balanço Orçamentário faz-se necessário apresentar os indicadores do Balanço Financeiro.

Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária: esse indicador mede quanto da receita orçamentária recebida representa em relação à despesa orçamentária paga. A receita orçamentária paga é composta pelas receitas orçamentárias subtraídas dos restos inscritos no período, do serviço da dívida a pagar e dos depósitos que passam para o próximo período.

Os resultados possíveis são três: igual a 1 é considerado normal, configurando numa “igualdade na execução orçamentária e financeira, se fosse utilizado o regime de caixa também para a Despesa Orçamentária.” (KOHAMA, 2006, p. 159).

Segundo Kohama (2006) o melhor resultado é maior que 1, pois assim, a receita orçamentária é maior que a despesa orçamentária paga, indicando que houve restos a pagar para o próximo exercício, ocorrendo superávit na execução orçamentária e financeira. E o último resultado é menor que 1, isso indica que o pagamento foi superior à arrecadação, ocorrendo, assim, um déficit na execução orçamentária e financeira. Esse valor é preocupante, e conseqüentemente pressupõe-se que ela foi paga com recursos da receita extraorçamentária (KOHAMA, 2006).

A fórmula desse indicador é:

$$QFREQ = \frac{\text{Receita Orçamentaria}}{\text{Despesa Orçamentária Paga}} \quad (4)$$

Quociente da Execução Orçamentária Corrente: esse indicador busca medir se as receitas correntes arrecadadas são suficientes para cobrir as despesas correntes.

Os resultados encontrados nesse indicador podem ser igual, menor ou maior que 1. Quando existe a igualdade é que a receita corrente angariada pelo município foi igual as despesas correntes gastas. O resultado inferior a 1 representa que a receita corrente não cobrirá as despesas correntes, necessitando assim, recorrer a receita de capital. E o resultado maior que 1 representa um superávit de receita corrente, podendo ser usado para cobrir as despesas de capital.

Vale lembrar que na maioria das vezes as receitas de capital serão inferiores as despesas de capital, devido ao fato da receita de capital, ser a maior parte proveniente de

transferências dos governos estaduais e federais e isso nem sempre ocorre, ocasionando que os valores que serão gastos com esses investimentos serão maiores que as receitas arrecadadas.

A fórmula desse indicador é:

$$\text{QEOC} = \frac{\text{Receita Corrente}}{\text{Despesa Corrente}} \quad (5)$$

Quociente da Execução Orçamentária de Capital: esse indicador verifica quanto da receita de capital recebida foi comprometida com o pagamento de despesas de capital.

São possíveis três resultados: menor que 1 (considerado normal) “uma vez que se pressupõe e se admite que o eventual superávit do orçamento corrente sirva como recurso de cobertura para as despesas de capital. O que se deve sempre evitar é que essa relação provoque ou agrave um déficit orçamentário.” (KOHAMA, 2006, p. 161).

Outro resultado é maior que 1 será considerado negativo, “de vez que demonstrará que se utilizou da alienação de bens ou valores que, em qualquer dos dois casos, retratará uma diminuição patrimonial, ou operações de crédito (empréstimo) legalmente autorizadas.” (KOHAMA, 2006, p. 161). E igual a 1, em que as receitas de capital são iguais as despesas de capital, não ocorrendo *déficit* ou *superávit*.

A fórmula desse indicador é:

$$\text{QEOC} = \frac{\text{Receita de Capital}}{\text{Despesas de Capital}} \quad (6)$$

Quociente de Resultado dos Saldos Financeiros: esse quociente mostra o confronto dos recursos financeiros, da entidade pública, que vem do exercício anterior, com o que vai passar para o próximo exercício. Esse indicador busca averiguar se a prefeitura conseguiu gerar caixa durante o ano.

Existem três resultados possíveis: igual a 1, em que demonstra ocorrer igualdade de valores do que veio do exercício anterior com o que vai para o próximo exercício, ou seja, a prefeitura não conseguiu gerar caixa superior que o ano anterior. O segundo é menor que 1 e indica que as disponibilidades atuais são inferiores a do exercício anterior, ocorrendo o *déficit* financeiro, ou seja, a prefeitura apresentou “prejuízo” no caixa. E maior que 1, ocorrendo o acréscimo de disponibilidades atuais, levando a um *superávit* financeiro.

A fórmula desse indicador é:

$$\text{QRSF} = \frac{\text{Saldo que passa para o Exercício Seguinte}}{\text{Saldo do Exercício Anterior}} \quad (7)$$

É preciso realizar um levantamento dos quocientes do Balanço Patrimonial, com a definição de cada um e os resultados que podem apresentar.

Quociente da Situação Financeira: esse quociente é muito importante, pois verifica a existência, ou não, de “superávit” financeiro apurado por meio do balanço patrimonial.

Os resultados possíveis são 3: maior do que 1, em que haverá excesso de recursos financeiros podendo ser utilizado para a cobertura de créditos adicionais. Os resultados também pode ser igual a 1 ou menor que 1, no primeiro caso é que os bens e direitos são iguais as obrigações da entidade (curto prazo, para ambos) e no segundo caso é que as obrigações superam os bens e direitos.

Santos e Andrade (2013) alertam que com as novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, ocorreu a mudança de nomenclatura, de Ativo Financeiro e Passivo Financeiro para Ativo Circulante e Passivo Circulante, respectivamente.

A fórmula desse indicador é:

$$QSF = \frac{\text{Ativo Financeiro}}{\text{Passivo Financeiro}} \quad (8)$$

Quociente da Situação Permanente: sua importância é que “seu resultado demonstrará, por meio da relação entra a soma dos bens, créditos e valores, ou seja, bens e direitos de longo prazo e a soma das obrigações de longo prazo, o nível de endividamento apresentado no balanço patrimonial.” (KOHAMA, 2006, p.175).

Esse quociente demonstrará o resultado da relação entre o ativo permanente e o passivo permanente e segundo Santos e Andrade (2013) as mudanças na legislação contábil definiu os nomes para Ativo Não Circulante e Passivo Não Circulante.

Os resultados podem ser de três formas: maior que 1, ou seja, o endividamento é inferior à soma dos bens, créditos e valores que compõem os bens e direitos de longo prazo. Quando for menor do que 1, identificará que o endividamento é superior a essa soma dos bens, créditos e valores que compõem os bens e direitos de longo prazo. E igual a 1 ocorre a existência de igualdade entre os direitos e bens com as obrigações a longo prazo.

A fórmula desse indicador é:

$$QSP = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Passivo Permanente}} \quad (9)$$

3 METODOLOGIA

Este estudo foi realizado mediante uma pesquisa bibliográfica e documental.

Para Oliveira (2005) a pesquisa bibliográfica é o principal meio de busca do conhecimento do tema em estudo.

Segundo Gil (2002) a vantagem dessa forma de pesquisa é que ela permite a avaliação de vários fenômenos. E a desvantagem é que a qualidade da pesquisa pode ser comprometida, pois os dados que foram coletados e processados podem ter sido feito de forma equivocada, e assim, a pesquisa não será verídica.

A pesquisa documental, de acordo com Oliveira (2005) busca informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, entre os quais se destacam: relatórios (como é o caso de balanços), reportagem de jornais, revistas, entre outros.

Os dados foram recolhidos junto ao setor contábil da Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba. Após a coleta os dados foram tabulados no *software Excel 2007*.

Após a obtenção dos resultados foi realizada a análise dos indicadores, verificando o desempenho no período.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo deste trabalho foi avaliar os indicadores econômicos e financeiros, para que pudesse fazer uma análise das demonstrações da Prefeitura do Carmo do Paranaíba, no lapso temporal de 2011 a 2013.

Inicialmente, foram avaliados os indicadores do Balanço Patrimonial: Quociente da Situação Financeira (QSF) e Quociente da Situação Permanente (QSP). Os resultados são expostos em tabelas.

Tabela 1 - Quociente da Situação Financeira (QSF)

QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA		
EXERCÍCIO	FÓRMULA	RESULTADO
2011	$QSF = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$	1,3
2012	$QSF = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$	1,2
2013	$QSF = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$	2,1

Fonte: Elaborado pelos autores.

A tabela 1 apresenta que a Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba possui uma situação financeira considerada estável, pois nos três anos avaliados obteve índices maiores que 1, significando que para cada 1 real de Passivo Circulante a entidade pública consegue quitar suas dívidas e obter saldo positivo monetário nessa divisão do Ativo.

Os resultados do presente estudo corroboram com os estudos realizados por Santos e Andrade (2013) na Prefeitura Municipal de Patos de Minas, por Trevisan *et al* (2008) num estudo realizado numa Prefeitura Municipal do Estado do Rio Grande do Sul e por Telles *et al* (2007) realizado no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), pois ambos apresentaram índices superiores a 1.

Entretanto, ele não corrobora com os estudos de Nogueira e Rodrigues Júnior (2008) que encontraram nos seus estudos na maior parte do lapso temporal estudado valor inferior a 1, apenas nos dois últimos anos apresentou resultado superior a 1.

No lapso temporal constatou que o índice apresentou uma redução no período de 2011 a 2012 e teve aumento no outro intervalo 2012-2013, então, verifica que o índice está apresentando crescimento, sendo necessário analisar os próximos anos, para verificar se esse índice continua positivo.

A segunda análise do Balanço Patrimonial foi a do Quociente de Situação Permanente, o qual seu resultado está demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2 - Quociente de Situação Permanente (QSP)

QUOCIENTE DA SITUAÇÃO PERMANENTE		
EXERCÍCIO	FÓRMULA	RESULTADO
2011	$QSP = \text{Ativo Não Circulante} / \text{Passivo Não Circulante}$	3,0
2012	$QSP = \text{Ativo Não Circulante} / \text{Passivo Não Circulante}$	3,9
2013	$QSP = \text{Ativo Não Circulante} / \text{Passivo Não Circulante}$	3,6

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Prefeitura de Carmo do Paranaíba tem a situação não circulante satisfatória, devido seus índices serem maior que 1, ou seja, ela consegue quitar seus compromissos e ainda possuir sobras no Ativo Não Circulante em comparação ao Passivo Não Circulante, no ano de 2011 para 2013 houve um aumento no índice de 20%.

No ano de 2011 obteve o menor quociente, para cada 1 real de Passivo Não Circulante a prefeitura possuiu 3,00 de Ativo Não Circulante, sobrando 2,00. O fator que mais influenciou foram os Bens Imóveis que aumentaram 42,10% de 2011 para 2013.

Em 2012 e 2013 os índices ficaram semelhantes, passou de 3,9 em 2012 para 3,6 em 2013 ocorreu uma queda de 8% do ano de 2012 para 2013, isso se justifica pelo aumento da Dívida Fundada, em aproximadamente 13% de 2012 para 2013.

O presente estudo corrobora com os estudos de Santos e Andrade (2013) e Telles *et al* (2007), pois em ambos os resultados foram superiores a 1, demonstrando que as

entidades possuem ativos não circulantes suficientes para cobrir as obrigações não circulantes.

É importante lembrar que no Ativo Não Circulante entra todos os edifícios da administração pública, os veículos, terrenos e outros, logo é preciso que eles possuem valores maiores que as obrigações, sendo que uma entidade não pode fazer dívida ao final do mandato para o gestor posterior ter que arcar.

A segunda análise foi realizada no Balanço Financeiro, obtendo os resultados dos quatro indicadores usados: Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária, Quociente da Execução Orçamentária de Corrente, Quociente da Execução Orçamentária de Capital e Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros.

O Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária tem seus resultados apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 - Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária (QFEO)

QUOCIENTE FINANCEIRO REAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO		
EXERCÍCIO	FÓRMULA	RESULTADO
2011	QFEO = Receita Orçamentária/Despesa Orçamentária Paga	1,1
2012	QFEO = Receita Orçamentária/Despesa Orçamentária Paga	1,1
2013	QFEO = Receita Orçamentária/Despesa Orçamentária Paga	1,0

Fonte: Elaborado pelos autores

Com base nos resultados apresentados na Tabela 3, verifica-se que a situação da receita orçamentária em relação à despesa orçamentária paga está equilibrada, pois os resultados tiveram uma média de 1,07, isso significa que para cada 1 real de despesa de capital a prefeitura possui 1,07 reais de receita de orçamentária.

Os resultados dos anos 2011 e 2012 revelaram os maiores resultados 1,1 para cada um e o ano de 2013 teve 1,0. Com base nesses resultados os gestores devem ficar atentos, pois os índices estão no limite, principalmente, no último ano, sendo necessário realizar o acompanhamento desse indicador, para averiguar o que acontecerá em exercícios futuros.

Com o resultado é possível dizer que existe influência das receitas orçamentárias no resultado orçamentário, sendo esse gerado, principalmente, pelas receitas correntes, conforme determinação da execução orçamentária corrente, Tabela 4.

Esse trabalho corrobora com os estudos de Santos e Andrade (2013) e Telles *et al* (2007), pois nos estudos desses autores foram encontrados resultados positivos, acima de 1, em todos os anos.

O segundo indicador do Balanço Financeiro foi o Quociente de Execução Orçamentária Corrente na Tabela 4 são apresentados os índices.

Tabela 4 - Quociente de Execução Orçamentária Corrente (QEOC)

QUOCIENTE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE		
EXERCÍCIO	FÓRMULA	RESULTADO
2011	QEOC= Receita Corrente/Despesa Corrente	1,3
2012	QEOC= Receita Corrente/Despesa Corrente	1,2
2013	QEOC= Receita Corrente/Despesa Corrente	2,1

Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com a Tabela 4, o indicador de execução orçamentária corrente demonstrou que em todos os anos, houve a arrecadação de receita corrente superior aos gastos com a despesa corrente.

O primeiro ano, 2011, apresentou índice igual a 1,3, no ano seguinte houve uma redução e ao final do período analisado, 2013 ocorreu um aumento, passando para 2,1. Isso demonstra que esse indicador apresenta muita oscilação durante o período estudado.

O resultado é considerado satisfatório, pois a receita corrente recebida foi suficiente para cobrir a despesa realizada e ainda houve um pequeno “*superávit*” corrente.

O presente trabalho corrobora com os estudos de Santos e Andrade (2013), Nogueira e Rodrigues Junior (2008), Trevisan *et al* (2008) e Telles *et al* (2007), pois em ambos os índices foram superiores a 1, ou seja, as receitas correntes cobrem as despesas correntes e ainda existe sobra, podendo esse valor ser usado para suprir as faltas das despesas de capital, conforme apresentados pelo indicador de execução orçamentária de capital, Tabela 5.

O terceiro quociente avaliado foi o Quociente da Execução Orçamentária de Capital seus resultados foram apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 - Quociente da Execução Orçamentária de Capital (QEOCA)

QUOCIENTE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL		
EXERCÍCIO	FÓRMULA	RESULTADO
2011	QEOCA= Receita de Capital/Despesa de Capital	0,11
2012	QEOCA= Receita de Capital/Despesa de Capital	0,69
2013	QEOCA= Receita de Capital/Despesa de Capital	0,50

Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando o quociente de execução orçamentária de capital, apresentado pela Tabela 5, averigua que os resultados não foram satisfatórios nos 3 anos, pois ficaram

menores que 1. Entretanto, isso não é anormal, uma vez que Kohama (2006) define esse fator como normal, porém ele deve ser o mais próximo possível de 1,0.

Com o valor inferior a 1, passa a utilizar os restantes das receitas correntes, conforme a sobra apresentado na Tabela 4.

O ano de 2011 teve o menor índice, 0,11, ou seja, para cada 1 real de despesa corrente a Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba tinha 0,11 reais para cobrir essas despesas, ficando com um débito de 0,89 reais. Em 2012 houve uma melhora e o índice passou para 0,69, maior valor encontrado e em 2013 ocorreu nova queda, no percentual de 38%, ficando o indicador com 0,50 real.

O resultado do presente trabalho corrobora com os resultados encontrados por Santos e Andrade (2013) e Nogueira e Rodrigues Junior (2008), uma vez que o trabalho daqueles autores apresentaram índices menores que 1. Por outro lado, o presente estudo diverge do trabalho de Telles *et al* (2007), pois esses autores tanto encontraram valores iguais a zero, quanto maiores que 1.

Mesmo esses resultados sendo considerados normais (KOHAMA, 2006), é aconselhável que os gestores públicos procurem uma forma de melhorar sua receita de capital. As Receitas de Capital são provenientes de operações de crédito, alienações de bens, amortizações de empréstimos concedidos, transferências de capital e outras receitas de capitais.

O último indicador apurado do Balanço Financeiro foi o Quociente do resultado dos saldos Financeiro.

Tabela 6 - Quociente do resultado dos saldos Financeiro (QRSF)

QUOCIENTE DE RESULTADO DOS SALDOS FINANCEIROS		
EXERCÍCIO	FÓRMULA	RESULTADO
2011	QEOC= Saldo do Exercício/Saldo do Exercício Anterior	1,4
2012	QEOC= Saldo do Exercício/Saldo do Exercício Anterior	1,2
2013	QEOC= Saldo do Exercício/Saldo do Exercício Anterior	1,2

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os índices encontrados na Tabela 6 foram satisfatórios, mantendo-se pouco maior que 1, que segundo Kohama (2006) é o ideal.

O ano de 2011 teve o maior resultado na relação saldo que a Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba conseguiu gerar no ano atual, em relação ao saldo gerado do ano anterior, sendo que o saldo de 2011 foi de 1,4. Nos anos de 2012 e 2013 ocorreram reduções desse indicador, passando para 1,2 para cada ano.

A princípio a redução poderia aparecer preocupante, mas se fizer a análise que não ocorreu queda do índice na comparação de 2012 para 2013, isso pode ser um fator que não seja tão preocupante.

O presente estudo corrobora com os estudos de Santos e Andrade (2013) e Telles *et al* (2007), pois em ambos os estudos os índices foram positivos, ou seja, superaram a 1.

Para analisar o Balanço Orçamentário foram utilizadas as fórmulas de Quociente de Execução da Receita, Quociente de Execução da Despesa e Quociente do Resultado Execução Orçamentária.

Tabela 7 - Quociente de Execução da Receita (QER)

QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA		
EXERCÍCIO	FÓRMULA	RESULTADO
2011	QER= Receita Executada/Receita Prevista	0,9
2012	QER= Receita Executada/Receita Prevista	0,9
2013	QER= Receita Executada/Receita Prevista	0,8

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os resultados apresentados na Tabela 8 demonstram que os responsáveis pelo planejamento orçamentário da Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba, não estão conseguindo elaborar o planejamento de arrecadação em conformidade com o arrecadado.

Esse fator se justifica, de forma especial, pelas receitas de capital, uma vez que esses recursos grande parte é proveniente de transferência dos governos e nem sempre essa transferência é realizada, mas é necessário ser prevista.

O maior valor foi encontrado nos anos de 2011 e 2012, sendo de 0,9, com esse índice pode-se dizer que a execução da receita foi inferior que as receitas previstas em 10%. E no ano de 2013 houve diminuição, passando o índice para 0,8.

Segundo Kohama (2006) os resultados serem inferiores a 1, mas estando próximos de 1 não é considerado anormal. Este índice menor que 1 é devido a Receita Executada ser menor do que a prevista representando uma falta de arrecadação em relação à previsão.

O presente estudo corrobora com os estudos de Santos e Andrade (2013), que encontraram resultados inferiores a 1, para a execução da receita, na Prefeitura Municipal de Patos de Minas. Entretanto, esse estudo vem em contraposição ao estudo de Telles *et al* (2007), realizado no SENAI, pois os índices daquele estudo foi maior que 1, ou seja, houve um *superávit* de arrecadação.

Tabela 8 - Quociente de Execução da Despesa (QED)

QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA		
EXERCÍCIO	FÓRMULA	RESULTADO
2011	QED= Despesa Executada/Despesa Prevista	0,8
2012	QED= Despesa Executada/Despesa Prevista	0,9
2013	QED= Despesa Executada/Despesa Prevista	0,9

Fonte: Elaborado pelos autores.

Mediante a Tabela 9 constata que o indicador de execução da despesa apresenta em todos os anos valores inferiores a 1. No ano de 2011 existe o menor índice, 0,8 e que nos anos de 2012 e 2013 o valor do indicador foi de 0,9.

Numa análise geral pode-se dizer que isso é excelente, pois a Prefeitura Municipal do Carmo do Paranaíba gastou menos que a previsão, entretanto não se pode afirmar isso, sem um trabalho qualitativo que apresente a prestação do bem estar a população, como é a função da administração pública direta. (SANTOS; ANDRADE, 2013; SLOMSKI, 2003).

É importante frisar que o resultado não poderia ser maior que 1, pois os entes públicos não podem realizar gastos, sem previsão legal.

Esse estudo corrobora com os estudos de Santos e Andrade (2013), pois ambos apresentaram resultados inferiores a 1. Porém, o estudo de Telles *et al* (2007) apresentou índices maiores que 1, não podendo isso ter acontecido, uma vez que é inconstitucional. (BRASIL, 1988).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar os indicadores econômicos e financeiros da prefeitura de Carmo do Paranaíba. Foram estudados alguns dos indicadores definidos por Kohama (2006).

Para a coleta dos dados utilizou-se os balanços patrimonial, orçamentário e financeiro, no lapso temporal 2011-2013.

Os resultados encontrados no Balanço Patrimonial apresentaram que os dois indicadores: Quociente da Situação Financeira e Quociente de Situação Permanente tiveram resultados satisfatórios, pois esses índices foram maiores que 1, ou seja, os bens e direitos (Ativo Circulante e Ativo Não Circulante) da Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba superaram as obrigações (Passivo Circulante e Passivo Não Circulante). Logo, constatou que a prefeitura conseguiu arcar com as suas obrigações, tanto de curto prazo quanto de longo prazo.

Nos indicadores do Balanço Financeiro averiguou, por meio do QFEO, que as receitas orçamentárias foram superiores as despesas orçamentárias pagas, ou seja, a

entidade pública conseguiu arcar com as suas despesas e ainda obter saldos positivos. O QEOC apresentou-se satisfatório, uma vez que as receitas correntes foram maiores que as despesas correntes, ou seja, a prefeitura recebeu mais receitas correntes do que teve gastos com as despesas correntes. O QEOCA teve valores não satisfatórios, ou seja, as receitas de capital superaram as despesas de capital, sendo necessário, portanto, recorrer as receitas correntes para cobrir as despesas de capital. E no QRSF averiguou que o saldo que passou para o próximo exercício foi maior que o saldo que vinha do exercício anterior, ou seja, os recursos financeiros (caixa e banco) superaram aos valores dos anos anteriores.

E nos indicadores do Balanço Orçamentário averiguou que os gestores não conseguiram realizar a previsão em conformidade com a arrecadação de receitas, como constata no QER. No QED encontrou que a prefeitura foi eficaz, pois ela conseguiu ter economia orçamentária, pois gastou menos que havia previsto, lembrando que para essa economia ser eficiente, ela tem que ter prestado os serviços necessários a população.

Logo, constatou que a Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba apresentou bons índices nos indicadores do Balanço Patrimonial. Essa afirmação também é possível fazer no Balanço Financeiro, pois as receitas orçamentárias, as receitas correntes e o saldo do exercício seguinte foram superiores que as despesas orçamentárias, correntes e saldo do exercício anterior, respectivamente. E no Balanço Orçamentário averiguou que a prefeitura conseguiu economia orçamentária, mas por outro lado teve insuficiência de arrecadação.

Apenas com os indicadores estudados não é possível traçar uma perspectiva futura para o município de Carmo do Paranaíba. Para que consiga traçar uma perspectiva é preciso realizar um estudo qualitativo em que se detalhem mais informações contábeis.

Para futuras pesquisas recomenda-se uma análise de mais cidades, principalmente, realizando a comparação entre cidades de portes diferentes, para averiguar se a diferença populacional influência no resultado dos indicadores.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Seção 1, p. 1.

CONSELHO Federal de Contabilidade – CFC. Aprova a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis. **Resolução CFC nº 1.133/08**. Brasília, 2008.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL. Antônio Carlos. **Como Elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

HENDRIKSEN, Eldon S.; BRENDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

KOHAMA, Helio. **Balancos Públicos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006..

_____. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATARAZZO, Carmine. **Análise Financeira de Balancos**. 7. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

NOGUEIRA, Adriana Oliveira; RODRIGUES JUNIOR, Manuel Salgueiro. Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis no Setor Público. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 18., 2008, Gramado. **Anais...** Brasília: CFC, 2008. Disponível em: <http://www.congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos_1/293.pdf>. Acesso em: 14 out. 2014.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Recife: Bagaço, 2005.

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade do Setor Público** – de acordo com as inovações das normas brasileiras de contabilidade técnicas aplicadas ao setor público. Contém as mudanças das práticas contábeis vigentes, conforme MCASP editado pela STN. São Paulo: Atlas, 2011.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, Geovane Camilo dos; ANDRADE, Sandro Ângelo de. Análise por meio de Indicadores Patrimoniais, Financeiros e Orçamentários da Prefeitura de Patos de Minas. Monte Carmelo, **Revista de Auditoria Governança e Contabilidade (RAGC)**, v. 1, n, 2, p. 22-36, 2013. Disponível em: <<http://fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/292/259>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2003. TELLES, Tania Eliete Alves Oliveira et al. Avaliação de performance dos Indicadores de desempenho econômico-financeiro : um estudo comparativo entre os indicadores próprios

utilizados pelo SENAI com os Indicadores Públicos. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO (SEMEAD), 10., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2007.

TESOURO Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 4. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2012.

TORRES, Fernando. **Nova Contabilidade Pública Trará Transparência, mas há Desafios**. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3119402/nova-contabilidade-publica-trara-transparencia-mas-ha-desafios>>. Acesso em: 12 out. 2014.

TREVISAN, Ronie et al. Desenvolvimento de um Modelo de Indicadores Contábeis para a Avaliação da Gestão Financeira em Prefeituras Municipais. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA - ENAPG, 3., 2008, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2008/2008_ENAPG302.pdf>. Acesso em: 14 out. 2014.